



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

DISPENSA ELETRÔNICA 04/2025 PROCESSO DE LICITAÇÃO 27/2025

AVISO

O Município de Ipumirim, pessoa jurídica de direito público interno, situada à Av. Dom Pedro II, 230, Centro, Ipumirim, SC, através de seu Prefeito Municipal Senhor VALDIR ZANELLA, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade DISPENSA, sob a forma ELETRÔNICA, Menor Preço, com entrega das propostas das 08h30, do dia 26/02/2025 às 08h30 do dia 06/03/2025, e lances das 08h31 às 14h31 do dia 06/03/2025 através do site www.portaldecompraspublicas.com.br, em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133, de 1º de Abril de 2021, pelo Decreto Municipal nº 2.793, de 20 de Julho de 2023, bem como as condições a seguir estabelecidas.

1. OBJETO

1.1 A aquisição de Materiais e mão de obra para instalação e programação de sistema de comunicação para Associação Corpo de Bombeiros Voluntários de Ipumirim. Conforme descrição presente no Documento de Formalização de Demanda.

2. PARTICIPAÇÃO

- 2.1 Poderão participar da presente Dispensa Eletrônica as empresas que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante deste, e seus Anexos, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta dispensa e, estiver devidamente cadastrada junto ao Órgão Provedor do Sistema, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br.
- 2.2 A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Portal de Compras Públicas, disponível no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.
- 2.3 Como requisito para participação na dispensa eletrônica, em campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste aviso de Dispensa.

3. REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO

- 3.1 Para participar da dispensa, o licitante deverá se credenciar no site www.portaldecompraspublicas.com.br.
- 3.2 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.
- 3.3 O credenciamento do licitante junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal, e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a dispensa eletrônica.



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

- 3.4 O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Ipumirim, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1 Os proponentes encaminharão, exclusivamente por meio eletrônico, a proposta com a descrição do objeto, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, já a documentação da habilitação será encaminhada, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, no prazo de 2 (duas) horas após declarado o licitante vencedor. Ao enviar a proposta pelo sistema eletrônico, o proponente deve necessariamente postar o valor global.
- 4.2 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Dispensa Eletrônica, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 4.3 Até a abertura da sessão pública, os proponentes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.
- 4.4 A licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.
- 4.5 A licitante contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta.
- 4.6 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
- 4.7 Poderão ser admitidos pelo Agente de Contratação erros de naturezas formais, desde que não comprometam o interesse público e da Administração. Fica ainda facultado ao mesmo a consulta junto aos órgãos emissores para a averiguação da autenticidade da documentação enviada ou emissão de alguma que possa estar faltando.
- 4.8 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos no Memorial Descritivo e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de duas horas, sob pena de inabilitação
- 4.9 De acordo com a documentação complementar exigida, poderá o Agente de Contratação, dilatar o prazo para apresentação dos mesmos.



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

4.10 Caso a empresa enquadre-se em alguma hipótese de inidoneidade e suspensão, será analisado o alcance da mesma, sendo garantido à licitante o os prazos recursais previstos em Lei, em caso de inabilitação.

4.11 A documentação para habilitação será a seguinte:

I. Ato constitutivo, certificado da condição de micro empreendedor individual –CCMEI, estatuto ou contrato social consolidado, em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada;

II. Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (ABRANGENDO CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS);

III. Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Estaduais;

IV. Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Municipais, relativa ao Município da sede do licitante;

V. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei;



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

VI. Prova de inexistência de débitos inadimplentes perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei nº 12.440 de 07 de julho de 2011;

VII. Certidão negativa de efeitos de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

VIII. Relatório de consulta negativa (contendo Razão Social e CNPJ) junto ao Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, através do endereço eletrônico <https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>;

IX. Certidões Negativa de Licitante Inidôneos, em nome da empresa licitante (CNPJ) e de todos seu(s) sócio(s) (CPF), emitida através do endereço eletrônico <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO>;

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 5.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de duas horas a contar da solicitação do Agente de Contratação no sistema eletrônico.
- 5.2 De acordo com o resultado do certame, poderá o Agente de Contratação dilatar o prazo para envio da proposta.
- 5.3 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
- 5.4 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 5.5 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste aviso, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 5.6 A proposta deverá obedecer aos termos deste Aviso e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
- 5.7 Na hipótese da proposta ou do lance de menor preço não ser aceito, ou se a licitante vencedora desatender às exigências habilitatórias, o Agente de Contratação examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade, e procederá à sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Aviso.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM**

5.8 Após análise da proposta e documentação, o Agente de Contratação anunciará à licitante vencedora.

6. ANEXOS

- 6.1 Integram o presente os seguintes anexos:
- a) ANEXO I – DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA
 - b) ANEXO II – MINUTA DE CONTRATO

Ipumirim, 21 de Fevereiro de 2025.

**VALDIR ZANELA
PREFEITO MUNICIPAL**



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM**

**DISPENSA ELETRÔNICA 04/2025
PROCESSO DE LICITAÇÃO 27/2025**

ANEXO I

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA					
Nº do Processo:01/2025					
Órgão: Associação Corpo de Bombeiros Voluntários de Ipumirim					
Setor requisitante: Associação Corpo de Bombeiros Voluntários de Ipumirim-SC					
Responsável pela Demanda: Erizon Cordova Dos Santos					
1. Objeto: O procedimento licitatório tem por objeto a aquisição de Materiais e mão de obra para instalação e programação de sistema de comunicação para Associação Corpo de Bombeiros Voluntários de Ipumirim.					
2. Justificativa da necessidade da contratação: A aquisição do presente objeto deste termo é indispensável, trará uma melhor comunicação entre equipes e base dos Bombeiros Voluntários de Ipumirim em todo Município e região durante nossos atendimentos e operações.					
3. Descrições e quantidades					
Item	Unidade de medida	Qtd	Descrição	Valor médio unitário	Valor total
001	Unidade	1	Antena VHF Colinear 8 dipolos	5.780,00	5.780,00
002	Unidade	1	Duplexador 04 cavidades + Filtro VHF	4.700,00	4.700,00
003	Unidade	3	Suporte Telescopico antena omnidirecional	200,00	600,00
004	Unidades	50	Cabo Coaxial Rg213 Link Malha 96%	28,00	1.400,00
005	Unidades	2	Kit Cabos de Interligação	250,00	500,00
006	Unidades	1	Protetor de Surto gas coaxial	200,00	200,00
007	Unidades	4	Conector UHF macho	15,00	60,00
008	Unidades	2	Adaptador conector UHF Femea/mini UHF macho	30,00	60,00
009	Unidades	1	Fonte chaveada Flutuador	900,00	900,00
010	Unidades	1	Rack Outdoor 19"	2.300,00	2.300,00
011	Unidades	1	Régua de alimentação 10A	150,00	150,00
012	Unidades	1	Bateria estacionaria 115 ap	920,00	920,00
013	Unidades	1	Cabo de alimentação Repetidora SLR 100	200,00	200,00
014	Unidades	1	Painel elétrico om proteção	450,00	450,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

015	Unidade	1	Mão de obra, instalação e programação repetidora	2.500,00	2.50,00
016	Unidade	3	Rádio HT VHF Motorola digital	3.250,00	9.750,00
*	*	*	*	VALOR TOTAL:	30.470,00
4. Grau de prioridade da compra: alto					
5. Necessita de análise de riscos: () SIM (X) Não					
6. Previsão no PCA () SIM Descrição: _____ (X) Não, precisa incluir					
7. Estimativa de valor: R\$ 30.470,00					
8. Prazo de entrega/ execução: 15 dias ou a combinar.					
9. Recursos orçamentários: Funcional: 06.182.0004.2.008 – Ações parceiras e apoio a sociedade Corpo de Bombeiros. 5 – 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas.					
10. Local e horário da entrega/execução: conforme combinado					
11. Vinculado ou dependente da contratação de outro Documento de Formalização de Demanda: não					
12. Indicação do fiscal do contrato ou servidor que fará a liquidação da despesa: Erizon Cordova Dos Santos					
Ipumirim, 16 de Janeiro de 2025 Erizon Cordova Dos Santos PRESIDENTE Associação Corpo de Bombeiros Voluntários de Ipumirim					
OBSERVAÇÕES: Justificativa para Uso de Rádios Motorola** A escolha dos rádios Motorola para utilização em nossas operações é fundamentada em diversos fatores que visam garantir a continuidade, eficiência operacional e padronização dos serviços. Atualmente, já utilizamos equipamentos da mesma marca, o que facilita a integração entre os dispositivos e permite a manutenção de um padrão de comunicação confiável e eficiente.					



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

DISPENSA ELETRÔNICA 04/2025 PROCESSO DE LICITAÇÃO 27/2025

ANEXO II

CONTRATO Nº --/2024

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO PÚBLICO Nº --/2024, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E _____

O **MUNICÍPIO DE IPUMIRIM**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Prefeitura Municipal, sita à Rua D. Pedro II, 230, Centro, na cidade de Ipumirim, (SC), inscrita no CNPJ sob o nº 82.814.575/0001-02, representada pelo Senhor **HILARIO REFFATTI**, Prefeito Municipal, doravante neste instrumento de Contrato identificado apenas como **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede em _____- _____ representada neste ato por seu diretor comercial, Sr. _____, doravante denominada **CONTRATADA**, firmam o presente termo aditivo, tendo em vista o que consta no Processo nº **183/2024** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicável, decorrente da Dispensa Eletrônica n. **22/2024**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO (art.92, I e II)

1.1 O procedimento licitatório tem por objeto a aquisição de Materiais e mão de obra para instalação e programação de sistema de comunicação para Associação Corpo de Bombeiros Voluntários de Ipumirim, conforme descritivos e quantidades do DFD.

1.2 O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. O Aviso de Dispensa;
- 1.2.2. O DFD
- 1.2.3. A Proposta do contratado;
- 1.2.4. Eventuais anexos que compunham o Aviso de Dispensa;

CLÁUSULA SEGUNDA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

2.1. O objeto do presente contrato será realizado sob a Forma/Regime Execução: empreitada por preço global.

2.2. Após autorização de execução, o prazo máximo para a execução, vigência do contrato e entrega do objeto da presente licitação, será de **15 (quinze)** dias ou a combinar, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

2.3. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

2.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato (Lei Federal nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

3.1 O valor total da contratação é de **R\$**

3.2 No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS E VIGÊNCIA

5.1. O prazo para a execução será de 15 (quinze) dias ou a combinar a contar da assinatura do contato.

5.2. A vigência do contrato será de seis meses a contar da assinatura, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O pagamento será efetuado em até 30(trinta) dias após a certificação da nota fiscal, devidamente atestada pelos servidores responsáveis pelo acompanhamento do Serviço.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irremovíveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, especificada no subitem subsequente.

7.1.1. O orçamento estimado pela Administração, baseou-se nas planilhas de pesquisas de preços, optando pela seleção da proposta economicamente mais vantajosa “menor preço” com fulcro no art. 23 da Lei nº 14.133/2021 combinado com artigo 75, I da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Contrato, no Edital e demais anexos que o compõe;

8.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Edital e seus anexos;

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.9. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

8.10. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

8.11. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências.

8.12. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Promover a substituição dos produtos/materiais adquiridos, no caso de os objetos estarem com a qualidade comprometida ou danificados, sem quaisquer custos adicionais ao CONTRATANTE;

9.3. Assumir inteira responsabilidade sob o produto/material fornecido, devendo a entrega do mesmo receber prévia aprovação do órgão CONTRATANTE, que se reserva no direito de recusá-lo, caso não satisfaça aos padrões especificados nesta caracterização do objeto e na proposta comercial apresentada;

9.4. Arcar com o pagamento de todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais que recaírem sobre o fornecimento contratado, cabendo ao CONTRATANTE apenas o pagamento do preço acordado.

9.5. Fornecimento de Anotação de Responsabilidade Técnica dos serviços executados.

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

9.8. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.8 Providenciar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, o saneamento de qualquer irregularidade na execução do objeto.

9.9. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.10. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.11. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Edital e seus anexos.

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.15. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.

9.16. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que trabalharão na execução do serviço.

9.17. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

9.18. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Edital e seus anexos, em plena validade.



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

9.19. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

9.20. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

9.21. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

9.22. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo, no Edital e seus anexos e na e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Os contratados estarão sujeitos às sanções administrativas previstas na Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto Nº 2.793, de 20 de julho de 2023 e demais normas legais aplicáveis

11.2. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, o CONTRATANTE poderá aplicar ao CONTRATADO, isolada ou conjuntamente, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato;
- c) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração por um período de 2 (dois) anos;

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. Constituirão motivos para rescisão contratual

I-A inexecução total ou parcial dos Contratos decorrentes desta licitação ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos arts. 137,138,139 da Lei nº 14.133/2021 e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à empresa contratada direito a qualquer indenização.

II-A inexecução do contratado, nas hipóteses previstas no Inciso IX, do Art. 155 da Lei 14.133/2021, sem prejuízo às penalidades previstas neste, ensejará a rescisão administrativa do contrato, com as consequências previstas na referida Lei, sem que caiba à empresa contratada direito a qualquer indenização.

12.2. A rescisão contratual poderá ser:

12.2.1-determinada por ato unilateral da Administração, nos termos do Art. 139, da Lei nº 12.133/2021, nos casos enunciados nos Incisos VIII e X, do Art. 137, da referida Lei.

12.2.2-amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

12.2.3-Judicial, nos termos da legislação.

12.2.4- A aplicação das penalidades previstas, não eximirão o contratado da restituição aos cofres públicos dos danos causados à Administração Pública em face a inexecução total ou parcial do objeto.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM**

CLÁUSULA DÉCIMA TEREIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação decorrerão da dotação abaixo discriminada:

03.001.04.122.0003.1005.4.4.90.00.00 8- Estruturação e modernização das atividades administrativas 1.759.0000.0028 - Recursos TPCS

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO (art. 92, §1º)

16.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus assessores, em 4 (quatro) vias iguais e de mesmo teor e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Ipumirim-SC, __ de FEVEREIRO de 2025.

**VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE**

/////////
////////////////////
CONTRATADA



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM**

Testemunhas:

////////////////////

////////////////////

////////////////////
FISCAL DO CONTRATO